RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS CABO VERDE 2012

SUMÁRIO

Cabo Verde é uma democracia parlamentar multipartidária na qual os poderes constitucionais são repartidos entre o Chefe de Estado, Presidente Jorge Carlos Fonseca, e o Primeiro-Ministro, José Maria Neves, que serve um terceiro mandato após a vitória do seu partido nas eleições parlamentares de 2011. Em 2011 os eleitores também elegeram o Presidente Fonseca para um mandato de cinco anos. O Supremo Tribunal de Justiça e a Comissão Nacional de Eleições também declararam as eleições legislativas nacionais de 2011 como livres e imparciais, na generalidade. Continuaram a registar-se casos isolados em que elementos das forças de segurança agiram à margem do controlo civil.

Foram registados problemas no âmbito dos direitos humanos nas seguintes áreas: alegações de violência policial contra prisioneiros e detidos, prisões preventivas prolongadas e violência e discriminação contra mulheres.

Outras problemas de direitos humanos que se levantaram foram o abuso contra crianças e alguns casos de trabalho infantil.

O governo tomou medidas para processar judicialmente e punir os funcionários que cometeram abusos. Por vezes, os governos locais minimizaram ou ignoraram os abusos da polícia.

Secção 1. Respeito pela integridade do indivíduo, incluindo a protecção contra:

a. A privação arbitrária ou ilegal da vida

Não houve qualquer registo de que o governo ou os seus agentes tenham cometido algum assassinato arbitrário ou ilegal.

b. Desaparecimento

Não houve registo de desaparecimento de pessoas por motivos políticos.

c. Tortura e outras formas cruéis, desumanas ou degradantes de tratamento ou punição

A Constituição e a lei proíbem estas práticas; contudo, a imprensa divulgou que em alguns casos a polícia recorreu a violência física contra pessoas presas e detidas. Na maior parte dos casos as autoridades empreenderam acções contra os agressores.

Condições das prisões e dos centros de detenção

Em geral, as condições nas prisões e cadeias estavam conformes aos padrões internacionais e, durante o ano, o governo continuou a permitir visitas por parte dos observadores de direitos humanos independentes.

Condições Físicas: Não se registaram casos de falta de alimentos, de água potável ou de condições sanitárias, ventilação, controlo de temperatura, iluminação ou cuidados médicos deficientes em prisões ou centros de detenção.

Durante o ano registaram-se três mortes em prisões, todas relacionadas com problemas de saúde.

Existem oito prisões. As que excederam a capacidade máxima (indicadas entre parênteses) foram: a Prisão Central de São Vicente, com 323 detidos (180) e as prisões regionais de Ponta do Sol em Santo Antão com 55 (50), Sal com 25 (16); Boa Vista com nove (quatro), e Fogo com 103 (50).

Na Cadeia Central da Praia (CCP) encontravam-se 830 detidos (880), na Prisão Sub-regional de São Nicolau, dois (10), e na de Maio, 1 (4) detido.

Havia 56 mulheres detidas. Havia 399 detidos em situação de prisão preventiva em prisões e cadeias: 382 homens e 17 mulheres. O sistema prisional continua a debater-se com problemas de superlotação, especialmente nas prisões mais antigas. Para fazer face ao problema o governo transferiu alguns detidos para a Prisão Central na Ilha de Santiago; esta acção visou também separar os detidos segundo a sua situação judicial, género e idade.

Administração: Não havia Provedores de Justiça. O Ministro da Justiça, o Ministro dos Assuntos Internos e o Instituto Nacional de Estatística colaboraram conjuntamente para o estabelecimento de padrões uniformes para recolha e armazenamento de dados.

A lei permite a suspensão de penas de prisão que não excedam dois anos em casos de crimes não violentos. Se o juiz concordar numa suspensão, o criminoso participa num programa de reinserção social e realiza trabalhos “de benefício para a comunidade.”

Na CCP os reclusos estavam separados por género, idade e tipo de crime cometido, havendo separação entre detidos já condenados e os que aguardavam julgamento. Havia 18 celas disciplinares e dois quartos para visitas conjugais. As instalações têm espaços para guardas, advogados e formadores educativos e de reinserção social. Há uma sala de aula equipada com televisão, leitor de DVD e computadores; um espaço para educação de adultos; instalações médicas; refeitórios para guardas e detidos; uma biblioteca e um espaço para formação profissional no âmbito do programa de reinserção social.

As condições noutras prisões não eram adequadas para os reclusos com doença mental ou toxicodependência. Era insuficiente o número de funcionários dos serviços correcionais que tinham que lidar com o número crescente destes reclusos.

Os reclusos e os detidos podiam receber visitas e as autoridades permitiram a liberdade de práticas religiosas. Não houve registo de impedimentos à apresentação directa de queixas a autoridades judiciais relativamente a abusos ocorridos em estabelecimentos prisionais. Os familiares dos presos apresentaram algumas queixas. Os funcionários correcionais afirmaram que todas haviam sido investigadas e refutadas.

Monitorização: O governo permitiu visitas formais de observadores internacionais de direitos humanos a prisões e a detidos individuais. Organizações não-governamentais locais (ONG) e membros da imprensa fizeram visitas frequentes às prisões para registar as condições.

d. Prisões ou detenções arbitrárias

A Constituição e a lei proíbem prisões e detenções arbitrárias e o governo, no decorrer do ano, e em geral, cumpriu estas proibições.

Papel da polícia e do aparelho de segurança

A Polícia Nacional, vinculada ao Ministério da Administração Interna, é responsável pela aplicação da lei. A Polícia Judiciária está vinculada ao Ministério

da Justiça e é responsável pelas principais investigações. As restrições de ordem logística, incluindo a falta de veículos, a precariedade dos equipamentos de comunicação e a deficiente capacidade forense limitaram a eficácia da polícia.

Os abusos policiais foram alvo de investigações por parte das autoridades, tendo algumas das quais resultado em acções legais contra os responsáveis. Durante o ano o Conselho Nacional de Segurança recebeu oito denúncias de violência policial, sendo a maior parte de violência física. Três agentes da polícia foram despedidos devido às conclusões do Conselho Disciplinar da Polícia Nacional.

O governo providenciou formação profissional com vista a aumentar a eficácia da polícia. Em 2011 e 2012, o governo realizou um curso de formação sobre violência baseada no género no qual 225 agentes policiais participaram. Foram realizados sete workshops, um para cada centro regional da Polícia Nacional. Estas iniciativas inseriram-se na implantação de novas políticas para apoio das vítimas de violência baseada no género. A formação consistiu, essencialmente, da definição do que constitui violência baseada no género; como a identificar e que passos são necessários para a sua abordagem. As sessões de 2012 concentraram-se principalmente nos passos que a polícia deve tomar para protecção das vítimas após o crime inicial. Os workshops foram realizados após vários incidentes de assassinato de mulheres após denunciarem os maridos. No final de 2011 a Polícia Nacional realizou um curso de formação sobre mediação de conflitos frequentado por 50 agentes policiais.

O governo tomou medidas para fazer face à impunidade da polícia que, tradicionalmente, tem sido um problema. No entanto, o sistema judicial interno da Polícia Nacional continuou a agir com muita lentidão. A maioria dos casos registados durante o ano estava ainda sob investigação.

Procedimentos de detenção e tratamento em detenção

A polícia não pode deter pessoas sem um mandado emitido por uma autoridade oficial, salvo em casos de flagrante delito. A lei determina que um suspeito tem de ser apresentado perante um juiz dentro de 48 horas após a detenção. A lei prevê o direito do detido a uma determinação judicial expedita quanto à legalidade da detenção e as autoridades respeitaram este direito na prática.

Os advogados informaram os detidos sobre as acusações que lhes eram feitas. O sistema de fianças era funcional. Foi dado aos detidos acesso imediato aos

familiares e a um advogado da sua escolha e, em caso de indigência, a um advogado oficialmente designado pelo governo.

O sistema judiciário estava sobrecarregado e sofria de falta de quadros, e os casos penais geralmente terminavam quando se desistia da queixa antes da determinação de culpa ou de inocência.

A duração excessiva do período de detenção preventiva continuou a constituir um problema.

e. Negação de julgamento público justo

A lei consagra a independência do poder judicial e o governo, de modo geral, respeitou esta disposição na prática. No entanto, o sistema judicial não tinha quadros suficientes e a sua acção foi ineficaz.

Existe um tribunal militar que não pode julgar civis. O tribunal militar garante as mesmas protecções que os tribunais penais civis.

Procedimentos penais

Os arguidos gozam do princípio de presunção de inocência. Eles têm o direito de ser informados das acusações imediata e detalhadamente (se necessário com interpretação gratuita). A lei consagra o direito a um julgamento expedito, imparcial e público, sem júri, mas, por vezes, os processos continuam durante vários anos. Os arguidos têm tempo suficiente e instalações para prepararem a defesa e têm o direito de comparência e de consultarem um advogado de forma atempada. Existem advogados oficiosos para todos os tipos de processos, mas só para os que não podem pagar a um advogado. Os arguidos têm o direito a não deporem nem a confessarem-se culpados. Os arguidos têm o direito de confrontar ou interrogar testemunhas da acusação e de apresentar testemunhas e provas em sua defesa. Os arguidos e seus advogados têm acesso a provas em posse do governo pertinentes aos seus casos e podem recorrer das decisões dos tribunais regionais no Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A lei concede os direitos supra a todos os cidadãos.

Presos e detidos políticos

Não houve registos de presos ou detidos políticos.

Procedimentos e recursos judiciais cíveis

Os tribunais são imparciais e independentes e tratam das questões cíveis, incluindo processos legais requerendo compensação por, ou a cessação de, violação dos direitos humanos. Estão disponíveis recursos administrativos e judiciais.

f. Interferência arbitrária na privacidade, família, domicílio ou correspondência

A Constituição e a lei proíbem estes actos e o governo, de modo geral, respeitou tais proibições na prática.

Secção 2. Respeito pelas liberdades civis, nomeadamente:

a. Liberdade de expressão e imprensa

A Constituição e a lei consagram a liberdade de expressão e imprensa e o governo, de modo geral, respeitou tais direitos.

Liberdade de imprensa: A imprensa independente agiu activamente, expressando uma gama de pontos de vista sem restrição. Existe legislação específica que garante a liberdade de expressão na rádio, televisão, imprensa e outros meios de comunicação social.

Havia três jornais que reflectiam os pontos de vista de diferentes partidos políticos, bem como um canal de televisão público e dois privados.

Liberdade de uso da Internet

Não houve restrições do governo quanto ao acesso à Internet, nem relatórios credíveis de que o governo tenha vigiado o correio electrónico ou salas de conversa na Internet. Tanto indivíduos como grupos puderam expressar as suas opiniões na Internet, incluindo por correio electrónico. Nas cidades os habitantes tinham acesso regular à Internet em muitos cibercafés. De acordo com a União Internacional das Telecomunicações, 32 por cento dos cidadãos usaram a Internet em 2011.

Liberdade académica e eventos culturais

Não houve restrições governamentais à liberdade académica nem aos eventos culturais.

b. Liberdade de reunião e associação pacífica

A Constituição e a lei consagram a liberdade de reunião e associação, e o governo, de modo geral, respeitou estes direitos na prática.

c. Liberdade religiosa

Consulte o *International Religious Freedom Report* (Relatório Internacional sobre Liberdade Religiosa) do Departamento de Estado em www.state.gov/j/drl/irf/rpt.

d. Liberdade de movimento, pessoas internamente deslocadas, protecção de refugiados, e apátridas

A Constituição e a lei prevêm a liberdade de circulação dentro do país, bem como o direito de viajar para o estrangeiro, de emigração e repatriação e, em geral e na prática, o governo respeitou esses direitos.

O governo cooperou com o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e com outras organizações humanitárias na prestação de assistência a refugiados e a indivíduos requerentes de asilo.

Protecção aos refugiados

Acesso a Asilo: Apesar de não ser signatário da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, Cabo Verde aceitou o Protocolo de 1967. Vinte anos após a adesão ao protocolo, o país ainda não estabeleceu legislação nacional ou um órgão institucional para concessão de estatuto de refugiado ou exilado. Apesar de terem sido registados muito poucos requerimentos de asilo (o ACNUR só divulgou dois pedidos em 2011 e em 2012), desconhece-se o número exacto de pedidos de asilo, uma vez que não existe um procedimento sistemático em funcionamento para registar e processar estes pedidos. Na prática, o governo ofereceu protecção contra a expulsão ou reenvio de refugiados para países onde as suas vidas e a sua liberdade poderiam ser postas em risco devido à sua raça, religião, nacionalidade, filiação num determinado grupo social ou opinião política e permitiu que o ACNUR avaliasse os processos de asilo. Uma vez que o ACNUR não tem uma presença estabelecida em Cabo Verde, os requerentes de asilo que solicitam protecção e assistência são encaminhados pela Organização Internacional para a Migração à representação regional do ACNUR para a África Ocidental no Dakar, Senegal, que é responsável pela determinação do estatuto de refugiado.

Secção 3. Respeito pelos direitos políticos: o direito dos cidadãos a mudar o seu governo

A Constituição e a lei consagram o direito dos cidadãos a mudar pacificamente o seu governo, direito que os cidadãos exerceram, na prática, com a realização periódica de eleições em geral livres e imparciais baseadas no sufrágio universal.

Eleições e participação política

Eleições recentes: Nas eleições legislativas de 2011 os indivíduos e os partidos foram livres de declarar os seus candidatos. O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), no poder, obteve 38 assentos na Assembleia Nacional com aproximadamente 52 por cento dos votos; o principal partido da oposição, o Movimento para a Democracia (MpD), obteve 32 assentos, com 42 por cento; e a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática obteve os restantes dois assentos, com 4 por cento. Os observadores internacionais caracterizaram as eleições como geralmente livres e imparciais.

As eleições presidenciais também tiveram lugar em 2011. Jorge Carlos Fonseca, o candidato apoiado pela oposição, o MpD, ganhou as eleições com aproximadamente 54 por cento dos votos, enquanto Manuel Inocêncio Sousa, o candidato apoiado pelo PAICV, obteve 46 por cento dos votos.

Os observadores eleitorais da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e da União Africana caracterizaram estas eleições como livres, transparentes e credíveis. No entanto, notaram algumas irregularidades, incluindo casos de pressão sobre eleitores junto das mesas de voto e também intimidação dos eleitores.

Partidos políticos: Os partidos políticos actuaram sem restrições ou interferências externas. Cada indivíduo pôde declarar a sua candidatura e os partidos puderam escolher os seus candidatos sem interferência.

Participação das mulheres e minorias: Dos 72 assentos na Assembleia Nacional, 19 eram ocupados por mulheres e, dos 21 cargos ministeriais nos vários ministérios do governo, oito eram ocupados por mulheres. As mulheres ocupavam três dos oito assentos no STJ e havia uma Presidente da Câmara em Cabo Verde, eleita nas eleições municipais de 2012.

Secção 4. Corrupção e falta de transparência governamental

A lei prevê sanções penais de até 15 anos de prisão para crimes de corrupção por parte das autoridades governamentais. Não houve novos relatos de corrupção por parte do governo durante o ano.

A lei estabelece a liberdade de acesso a informações governamentais, sem restrições, contanto que seja respeitado o direito à privacidade. Na prática, em geral, o governo concedeu este acesso.

Secção 5. Atitude do governo face à investigação internacional e não-governamental de alegações de violação dos direitos humanos

Algumas organizações nacionais dedicadas à defesa dos direitos humanos, actuaram, em geral, sem restrições do governo, e investigaram e publicaram as suas conclusões sobre casos relacionados com os direitos humanos. Os representantes do governo, de modo geral, cooperaram e mostraram-se receptivos aos seus pontos de vista.

Secção 6. Discriminação, abusos sociais e tráfico de pessoas

A Constituição e a lei proíbem a discriminação com base na raça, género, religião, deficiência, língua ou estatuto social. A Constituição determina que o governo deve criar condições para a remoção gradual de todos os obstáculos ao exercício pleno dos direitos humanos e da igualdade perante a lei.

A lei também proíbe o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação; contudo, a violência e discriminação contra mulheres e crianças continuaram a ser problemas graves.

Mulheres

Violação e violência doméstica: A lei prevê sanções penais de oito a 16 anos de prisão para crimes de violação. Até 2010 o Código Penal classificava a violência doméstica como crime de abuso contra um cônjuge, aplicável apenas em situações de união de facto e de casamento formal, com sanções de dois a 13 anos de prisão. Em Março de 2011, o “Projecto de Lei Especial contra a Violência Baseada no Género” (VBG) adquiriu o estatuto de lei. Esta lei foi elaborada pelo Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, uma agência governamental, com o apoio das mulheres parlamentares e de representantes

diplomáticos. A lei VBG destina-se a aumentar a protecção concedida às vítimas, reforçando as sanções contra os agressores e sensibilizando o público sobre a violência com base no género. A lei prevê o estabelecimento de vários centros de atendimento, com autonomia financeira e de gestão, em todo o país; no entanto, a implementação foi atrasada devido à falta de financiamento. O ICIEG (o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género), um órgão governamental que trabalha directamente com problemas relacionados com o género, salientou que uma vez que a lei VBG era relativamente recente, não havia dados oficiais sobre acusações, condenações e punições para violações e violência doméstica. As ONG salientaram que durante o ano as autoridades fizeram cumprir a lei VBG. Além disso, o ICIEG organizou uma campanha para sensibilizar e incentivar a discussão das questões relacionados com o género.

A Rede Sol (uma rede que liga organizações da sociedade civil, a Polícia Nacional, centros de saúde, hospitais e centros de direito comunitário) tem vindo a trabalhar em questões relacionados com o género desde 2004. A Rede Social abrangeu 56 por cento do território de Cabo Verde e tem representações em sete ilhas e em 12 municípios. Estima-se em 2.000 o número de novas vítimas que, em 2011, receberam assistência da Rede Sol. Calcula-se que em 2011 a Rede Sol tenha recebido 2.430 queixas de violência com base no género, enquanto em 2010 recebera 2.139.

Assédio Sexual: O código penal e a lei VBG criminalizam o assédio sexual. As sanções vão até um ano de prisão e coima até ao montante equivalente a dois anos de salário. Apesar de, de um modo geral, as autoridades fazerem cumprir a lei VBG, não estavam disponíveis estatísticas sobre as acusações, condenações e castigos devido a assédio sexual.

Direitos de Reprodução: O código Civil garante a todos os cidadãos o direito de tomar decisões relacionadas com o número de filhos, intervalo entre eles, e o momento de procriar, sem discriminação, coerção ou violência. Todos os cidadãos tinham acesso a contraceptivos. Os centros de planeamento familiar em todo o país distribuíram alguns contraceptivos gratuitamente ao público. Estes centros prestaram assistência e aconselhamento especializado pré e pós-parto e para casos de infecções sexualmente transmitidas, nomeadamente o VIH. Os cuidados pré-natais incluem ecografias, vacinas contra o tétano e análises ao sangue, incluindo o teste de despistagem do VIH. Os serviços pós-natais incluem o planeamento familiar e contraceptivos orais/injectáveis gratuitos.

O *Relatório Estatístico de 2009 do Ministério da Saúde* indicou que a incidência de mortalidade materna foi de 53,7 por 100.000 nados-vivos.

Discriminação: A lei garante a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, a sociedade levanta obstáculos de ordem cultural e estereótipos de género que dificultam a erradicação da discriminação com base no género. Em geral, as mulheres tinham um estatuto económico mais baixo e menor acesso a cargos de gestão em organizações dos sectores público e privado.

Crianças

Certidão de nascimento: A cidadania pode ser concedida por nascimento no país ou por intermédio dos pais. O governo criou uma rede de serviços, tais como registos notariais e de identificação civil, delegações em todos os municípios, e o Projecto de Registo de Nascimentos, implementado em hospitais e centros de saúde. A falta de registo não teve como consequência a negação de serviços públicos. Contudo, a falta do registo de nascimento continuou a ser um problema que o governo atribuiu a causas como a incerteza quanto à identidade do pai, abandono parental e falta de informação sobre o registo nas comunidades mais pobres. Em 2010 foram registadas 12.373 crianças. No entanto, o recenseamento de 2010 indicava que aproximadamente 5.117 crianças não haviam sido registadas.

Educação: O governo disponibilizou educação grátis e universal a todas as crianças com idades compreendidas entre os seis e os doze anos. O ensino continuou a ser obrigatório até aos 11 anos de idade. O ensino secundário foi grátis apenas para as crianças cujas famílias tinham um rendimento anual inferior a 147.000 escudos (US\$ 1.871).

Abuso de crianças: A violência infantil continuou a ser um problema. Os governos locais têm-se esforçado por combater estas práticas através de uma rede nacional que inclui o Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), vários ramos das forças policiais, o Procurador-Geral, hospitais e centros de saúde.

O governo tentou reduzir o abuso sexual e a violência infantil através de vários programas como o Disque Denúncia, o Programa de Emergência Infantil, o Projecto Nos Kaza, os Centros de Acolhimento para Crianças de Rua, o Projecto Espaço Seguro, o Projecto Família Substituta, bem como a criação, durante o ano, de cinco delegações do ICCA.

Casamento de crianças: A idade mínima legal para o casamento é 18 anos, mas não havia dados oficiais sobre a taxa de casamento para rapazes e raparigas de idade inferior a 18 anos. Não houve relatos de casamento de menores durante o ano.

Exploração sexual de crianças: A pena para a exploração sexual comercial de crianças é de dois a oito anos de prisão. A idade mínima para o sexo consensual é de 14 anos. A lei proíbe a pornografia infantil, com penas de um a cinco anos de prisão. Durante o ano, não houve casos de pornografia infantil. A prostituição infantil não foi generalizada; no entanto, a prostituição é legal para adultos e, de acordo com a lei, as pessoas com 17 anos de idade não são consideradas menores. A lei também proíbe a pedofilia. Relatórios anteriores indicam que rapazes e raparigas - podendo, alguns deles ser estrangeiros - foram explorados através da prostituição em Santa Maria, Praia e Mindelo. O turismo sexual, por vezes envolvendo crianças prostitutas, era um problema crescente. Em 2010 um italiano foi condenado pelo abuso sexual de três menores num caso de sexo comercial em Santa Maria, na ilha do Sal. Os casos divulgados durante o ano continuaram sob a investigação da Polícia Judiciária.

Rapto internacional de crianças: O país não é signatário da Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.

Anti-Semitismo

Não existe nenhuma comunidade judaica no país e não houve registo de actos anti-semiticos.

Tráfico de pessoas

Consulte o relatório do Departamento de Estado *Trafficking in Persons Report* [Relatório sobre Tráfico de Pessoas] em www.state.gov/j/tip.

Pessoas portadoras de deficiência

A lei proíbe a discriminação contra pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental, no emprego, na educação, no acesso aos cuidados de saúde e na prestação de outros serviços públicos. O governo fez cumprir efectivamente estas disposições.

Contudo, as pessoas com deficiência continuaram a enfrentar obstáculos diários à sua integração. Verificou-se com frequência a falta de meios apropriados de acesso a edifícios, meios de comunicação e transportes públicos.

Em 2012 não houve registos de casos de abuso contra pessoas com deficiência intelectual ou problemas de saúde mental em estabelecimentos prisionais ou hospitais psiquiátricos. Continuou a haver problemas nestas áreas, como a ausência, nas prisões, de acesso físico próprio para pessoas com deficiência e de locais apropriados para reclusos com doença mental.

O governo não restringiu o direito de voto das pessoas com deficiência nem de participarem em assuntos cívicos ou na vida pública.

O governo criou um sistema de quotas para atribuição de bolsas e benefícios fiscais a empresas que empregam pessoas com deficiência. As ONG reconheceram a eficácia parcial destas medidas na melhor integração social destes cidadãos mas, por outro lado, chamaram a atenção para obstáculos como a não-execução e a regulamentação insuficiente, que continuavam a fazer-se sentir.

Diversas ONG defenderam activamente os direitos das pessoas com deficiência. Em Fevereiro o governo adoptou a Lei da Mobilidade, que estabelece normas técnicas de acessibilidade de pessoas com deficiência a edifícios e serviços públicos.

O Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (MJEDRH) é o organismo do governo responsável pela protecção dos direitos das pessoas com deficiência. O Conselho Nacional da Condição do Deficiente trabalha em parceria com o MJEDRH como órgão de consulta, responsável por propor, coordenar e acompanhar a execução de uma política nacional.

Abusos sociais, discriminação e actos de violência com base na orientação sexual e na identidade de género

Não havia leis contra a discriminação de pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais ou transgênicas (LGBT). Não foram divulgados casos de discriminação oficial ou privada contra pessoas LGBT relativamente a emprego, ocupação, habitação, estatuto de apátrida ou acesso à educação ou a cuidados de saúde, e não houve incidentes de violência contra pessoas LGBT.

Em 2011, a Associação Gay Cabo-verdiana contra a Discriminação estabelecida em 2011 como a primeira LGBT cabo-verdiana, tinha 40 membros.

Outras formas de violência ou discriminação social

Durante o ano não houve relatos de violência ou discriminação social contra pessoas com VIH/SIDA.

7. Direitos dos trabalhadores

a. Direito de associação e direito à negociação colectiva

A lei protege os direitos dos trabalhadores constituírem e aderirem aos sindicatos da sua escolha sem autorização prévia ou exigências excessivas e defende o seu direito à negociação colectiva e à greve legal. De acordo com o Código do Trabalho, há necessidades essenciais da sociedade que as empresas ou companhias devem garantir mesmo durante as greves. Os serviços prestados por telecomunicações, justiça, meteorologia, saúde, combate a incêndios, serviços postais, serviços funerários, serviços de água e saneamento, transportes, portos e aeroportos, segurança privada, e os sectores bancários e de crédito são considerados indispensáveis.

A lei da “Necessidade Civil” determina que o governo pode pôr fim a uma greve em caso de emergência, ou “para assegurar o normal funcionamento de empresas ou serviços essenciais de interesse público”. A lei permite que os sindicatos realizem as suas actividades sem interferência. O Código do Trabalho prevê a protecção contra a discriminação anti-sindical e a reintegração dos trabalhadores. Todos os trabalhadores são abrangidos por estas protecções legais, exceptuando os trabalhadores agrícolas e os que trabalham na construção de estradas das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO), que têm uma legislação específica.

Embora o governo seja geralmente eficaz em assegurar o cumprimento da lei, os casos podem demorar anos a resolver e podem ser sujeitos a interposição de recurso passando vários anos sem uma resolução. A Direcção-Geral de Trabalho (DGT) tem um mecanismo de conciliação para promover o diálogo.

A liberdade de associação e o direito à negociação colectiva foram respeitados na prática. O governo protegeu o direito às actividades sindicais sem interferência. As organizações laborais mantiveram a sua independência em relação aos governos e aos partidos políticos. Durante o ano não houve registos de violência, ameaças ou

outros abusos por parte do governo contra dirigentes sindicais ou trabalhadores sindicalizados. Não houve qualquer registo de discriminação anti-sindical.

Os sindicatos queixaram-se de o governo ter restringido indevidamente o direito à greve em determinados sectores considerados fundamentais. Outros observadores afirmaram que o governo cooperou com os sindicatos e não discriminou contra determinados tipos de emprego.

Não foram divulgadas violações relacionadas com negociações colectivas. Segundo a imprensa local, poucas empresas adoptaram a negociação colectiva, mas a Organização Internacional do Trabalho (OIT) trabalhou com os sindicatos locais e com os órgãos governamentais para disponibilizar orientações sobre a condução do diálogo entre as partes. Em 2011, a OIT, a DGT e membros do sindicato reuniram-se para promover a negociação colectiva e para mostrar as vantagens do trabalho em conjunto.

De acordo com os sindicatos, os trabalhadores do sector informal, pesca e trabalho doméstico, os agricultores e trabalhadores da construção de estradas da FAIMO permaneceram sem protecção das normas internas. A FAIMO é um programa governamental desenvolvido nas décadas de 1980 e 1990 com o fim de criar emprego em áreas rurais por meio de projectos de construção de estradas. No âmbito das leis laborais nacionais estes trabalhadores não têm os seus direitos explicitamente restringidos mas, segundo os sindicatos, é possível que não recebam todos os benefícios a que têm direito.

b. Proibição de trabalho forçado ou involuntário

A lei proíbe todas as formas de trabalho forçado ou involuntário, incluindo o trabalho infantil. Em geral, o governo fez cumprir a lei. Através da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), o governo trabalhou com os sindicalistas, empresas e organismos governamentais (como a ICCA, que trabalhou com crianças) para sensibilizar e para realizar inspecções. Durante o ano, a IGT levou a efeito 2.102 inspecções para impedir, eliminar e reforçar acções contra o trabalho forçado ou involuntário.

Contudo, houve relatos de tais ocorrências durante o ano. É possível que migrantes de Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria e Guiné recebam salários baixos e trabalhem sem contratos, criando vulnerabilidades ao trabalho forçado no sector da construção de Cabo Verde. As crianças cabo-verdianas trabalharam em serviços

domésticos, muitas vezes durante longas horas e sendo, por vezes, vítimas de abusos físicos e sexuais, indicadores de trabalho forçado (ver também secção 7.c.).

Consulte também o relatório do Departamento de Estado *Trafficking in Persons Report* [Tráfico de pessoas] em www.state.gov/j/tip.

Algumas fontes afirmaram que era "provável" que os trabalhadores migrantes estrangeiros tenham sido mais frequentemente explorados do que outros trabalhadores, mas não havia dados oficiais que confirmassem que o trabalho forçado era uma prática comum.

Em conformidade com o *Relatório Anual 2012 da IGT*, durante o ano, a maioria das irregularidades detectadas durante as inspecções de trabalho estavam relacionadas com a não participação na Segurança Social nem no Seguro Obrigatório de Acidentes no Trabalho, e algumas irregularidades no cumprimento das normas de saúde e segurança.

c. Proibição do trabalho infantil e idade mínima para trabalhar

A idade mínima para trabalhar é 15 anos. O Código do Trabalho não permite que crianças de 15 a 18 trabalhem mais de 38 horas por semana ou mais de sete horas por dia. A Constituição prevê que os menores de idade trabalhem apenas em pequenas tarefas domésticas, em programas de aprendizagem ou de formação, ou para ajudar a sustentar a família. As crianças entre os 16 e os 18 anos de idade são autorizadas a trabalhar horas extraordinárias em casos de emergência. No entanto, esses casos não podem exceder duas horas extraordinárias por dia ou 30 horas extraordinárias por ano.

Há várias leis que proíbem o trabalho infantil, mas não houve uma execução efectiva nem consistente das mesmas. Continuou a verificar-se a existência de barreiras, na sua maioria de ordem cultural, à implementação efectiva destas leis. Por exemplo, nem todos os cidadãos consideram que o trabalho infantil de apoio à família é negativo, especialmente em comunidades pequenas e remotas.

O ICCA, a DGT e a IGT colaboraram em assuntos relacionados com o trabalho infantil. O ICCA trabalha na promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. A DGT estabelece políticas para o mercado laboral e elabora legislação laboral que visa assegurar um melhor diálogo social e a reconciliação entre parceiros sociais. A IGT é responsável pela monitorização e execução das leis laborais e faz cumprir a lei em matéria de relações laborais. Estas agências

salientaram que têm recursos adequados. Em 2012, o governo (através da DGT, da IGT e do ICCA) deu início a acções de formação para funcionários locais, visando combater o trabalho infantil, em particular nas suas piores formas, e iniciou consultas às empresas locais.

Ainda não havia dados oficiais sobre o trabalho infantil. As crianças faziam trabalho de rua, nomeadamente venda de água e comida, lavagem de viaturas e mendicidade. Entre as piores formas de trabalho infantil observou-se o trabalho de rua; o serviço doméstico; agricultura, pesca e pecuária; recolha de lixo e transporte de dejectos humanos e a venda de droga a mando de adultos.

Consulte também o relatório do Ministério do Trabalho *Constatações sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil* em www.dol.gov/ilab/programs/ocft/tda.htm.

d. Condições de trabalho aceitáveis

A lei não estipula um salário mínimo. O governo define como nível de pobreza um rendimento de 105 escudos (USD 1.25) por dia. A lei estipula um máximo de oito horas de trabalho por dia e de 44 horas por semana. A lei prevê períodos de descanso, dependendo a sua duração do respectivo sector. O período mínimo de descanso é de 12 horas entre os dias de trabalho. A lei também garante a possibilidade de horas extraordinárias, diárias e anuais, em circunstâncias excepcionais. A lei estipula ainda que cada trabalhador tem direito a 22 dias de férias remuneradas. Cada hora extraordinária deve ser compensada como, no mínimo, uma hora e meia. No entanto, o trabalhador pode substituir até metade dos seus feriados por acordo com o empregador.

Em geral, é da responsabilidade do empregador assegurar que o local de trabalho apresenta condições higiénicas e saudáveis. O empregador também deve desenvolver um programa de formação para os trabalhadores. Em sectores específicos de alto risco, tais como a pesca ou a construção civil, o governo, após consulta a sindicatos e empregadores, pode impor normas específicas de saúde e segurança, o que costuma fazer.

Embora o código laboral abranja os trabalhadores dos sectores formal e informal, os trabalhadores agrícolas e os funcionários FAIMO não estão abrangidos pelas leis laborais. A execução das leis laborais é da responsabilidade da DGT e da IGT. Sete técnicos trabalharam para a DGT e 14 para a IGT, abrangendo três ilhas (Santiago, São Vicente e Sal). Quer as agências, quer os sindicatos, consideraram estes números insuficientes e concordaram com a necessidade de uma execução

mais rigorosa das normas laborais, especialmente nas ilhas mais escassamente povoadas, nas quais a monitorização foi mais difícil. Embora as empresas, de forma geral, respeitassem as leis relativas ao horário de trabalho, foram ainda muitos os trabalhadores domésticos, profissionais de saúde, agricultores, pescadores e funcionários comerciais que trabalharam, frequentemente, por períodos mais longos do que os permitidos por lei.

Em conformidade com o *Relatório Anual de 2012 da IGT*, as inspeções revelaram que as violações mais comuns diziam respeito ao direito a férias e a períodos de descanso entre os períodos de trabalho. No entanto, não estavam disponíveis dados específicos sobre os salários e as horas de trabalho. Apesar disso, o relatório indicou que a IGT fez 2.102 inspeções (um aumento de 45 por cento em relação a 2011); os inspectores identificaram 982 irregularidades nas 10 ilhas, em todos os sectores (foram visitados 46 por cento dos empregadores), dos quais 207 necessitaram de acompanhamento. Apesar de não haver estudos oficiais disponíveis, algumas fontes afirmaram que era "provável" que trabalhadores migrantes estrangeiros tenham sido explorados com mais frequência do que os outros trabalhadores.

Trabalhavam no país entre 17.000 e 22.000 imigrantes (na sua maioria da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). A maioria era homens, mas o número de mulheres imigrantes aumentou recentemente. Não havia dados oficiais, mas a maioria dos imigrantes tinham idades entre os 20 e os 40 anos, faltavam-lhes qualificações profissionais, mas desempenharam papéis importantes na economia. Geralmente trabalhavam na construção civil, em serviços de segurança, hospitalidade e turismo. Era comum as empresas não honrarem os direitos dos trabalhadores no que diz respeito a contratos, nomeadamente em matéria de descontos para a segurança social.

De acordo com a IGT, durante a primeira metade do ano, houve 124 acidentes de trabalho, mas não havia dados oficiais sobre o número de mortes no local de trabalho. O sector da construção, hospitalidade, restaurantes/serviços alimentares e a indústria siderúrgica registaram o maior número de acidentes de trabalho divulgados em 2012. De 288 acidentes, cerca de 27 por cento ocorreram no sector da construção, 18 por cento em serviços de hotelaria e alimentação, e 13 por cento na indústria do aço.